



DESLOCAMENTO FORÇADO E REASSENTAMENTOS: MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS DOS ATINGIDAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ITÁ

Jéssica Mabel Soares Teixeira Menezes (autora)

Jussara Maria Rosa Mendes (orientadora)



Introdução: Desde o período da ditadura militar no Brasil, vem se construindo empreendimentos hidrelétricos tendo como justificativa o desenvolvimento econômico. No entanto, a construção destes empreendimentos acarreta em uma série de injustiças sociais causadas pelo impacto socioambiental aos atingidos que não tem uma garantia de compensação que atendam suas necessidades. Neste contexto se deu a construção da usina hidrelétrica de Itá localizada entre os estados do Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC). Frente ao um processo de reparação dos danos cheio de disputas com a Eletrosul, uma das estratégias utilizadas para a garantia de direitos foi a construção de reassentamentos rurais coletivos.

Objetivo: Resgatar as memórias e as vivências das pessoas atingidas pela construção da barragem de Itá (RS/SC) e que foram deslocadas para dois reassentamento rurais coletivos no estado do Paraná no final dos anos 1990.

Metodologia: A pesquisa tem o delineamento exploratório descritivo de cunho qualitativo. Para a coleta de dados foram realizados dois grupos focais com dois reassentamentos rurais coletivos: reassentamento rural de Santa Inês e Reassentamento rural de Itá, ambos no Paraná. Participaram da pesquisa 20 pessoas, sendo 4 residentes no reassentamento de Santa Inês e 16 no reassentamento de Itá.

Resultados: A implantação do empreendimento ocasionou uma série de disputas relacionadas ao ressarcimento dos atingidos, pois a empresa do setor energético primava pelas indenizações individuais através de dinheiro ou cartas de créditos. Esta forma de compensação na perspectiva dos atingidos, visava impedir a mobilização das comunidades, visto que um atingido não mobilizado possui menor força política para reivindicar seus direitos. Como forma de resistência, a organização dos atingidos juntamente com o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) possibilitou processos de resistência, como ocupação de escritórios da eletrosul e canteiros de obras que levaram a conquistas como o direito à escritura dos lotes terra, a construção do reassentamento coletivo e a decisões relacionadas a infraestrutura do novo espaço habitado. Dentre outras conquistas citadas os participantes relatam: a construção de uma escola rural dentro de reassentamento; a implantação de um posto de saúde; o direito a terra não apenas aos proprietários de áreas atingidas mas também a meeiros, arrendatários e funcionários de empresas atingidas pela barragem; o suporte técnico para a implantação de lavouras e outras atividades geradoras de rendas; entre outras.

Considerações finais: Durante o processo de implantação da obra e de compensação aos atingidos, foi evidenciada tentativas de desmoralizar os atingidos fim de dificultar o ressarcimento justo e que atendesse as necessidades de moradia, trabalho, educação e lazer. Em contramão a desresponsabilização do setor energético, a organização dos atingidos que optaram pelo reassentamento rural coletivo como forma de ressarcimento demonstrou um potencial político importante na realização de tensionamentos e na conquista de direitos.